

RESPOSTA DOS RECURSOS DO CONCURSO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO MG
CARGO DE FISCAL AMBIENTAL

CONTEÚDO: PORTUGUÊS SUPERIOR

QUESTÃO 3	<p style="text-align: center;">Texto 1</p> <p style="text-align: center;">Estudo mostra que ovelha Dolly não tinha doença associada ao envelhecimento precoce</p> <p>01. Quando a ovelha Dolly morreu em 2003, rumores se espalharam de que a clonagem estaria ligada à sua morte ou às condições as quais sofria. Dolly foi o primeiro mamífero a ser clonado de células adultas.</p> <p>03. Uma das hipóteses era de que ela tinha osteoartrite de início precoce, antes conhecida mais comumente como artrite. Associada ao envelhecimento, a condição leva à degeneração das cartilagens – parte “mais mole” que liga os ossos.</p> <p>06. Radiografias feitas após a morte da ovelha, no entanto, mostram que Dolly não sofria de uma forma anormal da doença. Os achados foram publicados nesta quinta-feira (23) no “ScientificReports”.</p> <p>08. As especulações sobre a condição começaram quando um resumo de um artigo científico foi apresentado em 2003. O estudo mostrava que Dolly sofria de osteoartrite precoce no joelho esquerdo aos cinco anos de idade.</p> <p>11. Especialistas da Universidade de Nottingham e da Universidade de Glasgow, na Escócia (país onde Dolly foi clonada), no entanto, dizem que a hipótese é infundada – já que os exames mostraram que Dolly não tinha osteoartrite precoce, mas um desgaste leve e moderado consistente com ovelhas da mesma idade que não foram clonadas.</p> <p style="text-align: center;">Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/estudo-mostra-que-ovelha-dolly-nao-tinha-doenca-associada-a-envelhecimento-precoce.ghtml>. Acesso: 29 nov. 2017. (Fragmento adaptado).</p> <p>“Associada ao envelhecimento, (...)” (linha 04).</p> <p>É CORRETO afirmar que o termo destacado exerce função sintática de:</p> <p>A) Complemento verbal. B) Complemento nominal. C) Adjunto adverbial. D) Adjunto adnominal.</p>
RECURSO 3	GABARITO B (COMPLEMENTO NOMINAL), PORÉM O TERMO DESTACADO COMPLETA O SENTIDO DE UM VERBO (ASSOCIADA), QUE NO CASO É TRANSITIVO INDIRETO E ESTÁ FLEXIONADO NO PARTICÍPIO, O QUE DE ACORDO COM A NORMA CLASSIFICA COMO COMPLEMENTO VERBAL (LETRA A).
RESPOSTA 3	<p>INDEFERIDO</p> <p>Recurso não assiste ao recorrente, visto que sempre que o verbo, no particípio, apresentar um complemento que acrescente informações à expressão, este será um complemento nominal e deve vir acompanhado de preposição. Portanto, gabarito correto e mantido.</p> <p>Referência: Celso Cunha e Lindley Cintra.</p>

RESPOSTA DOS RECURSOS DO CONCURSO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO MG
CARGO DE FISCAL AMBIENTAL

CONTEÚDO: ESPECÍFICO

QUESTÃO 22	<p>A palavra ecologia vem de duas palavras gregas: <i>Oikós</i> que quer dizer casa, e <i>logos</i> que significa estudo. Ecologia significa, literalmente a Ciência do Habitat.</p> <p>Sobre alguns conceitos de ecologia, assinale V para afirmativas verdadeiras e F para afirmativas falsas.</p> <p>() Biótopo é a área física na qual determinada comunidade vive. Por exemplo, o habitat das piranhas de água doce, como, por exemplo, a do rio Amazonas ou dos rios do complexo do Pantanal, o biótopo do rio Amazonas é o local onde vivem todas as populações de organismos vivos desse rio, dentre elas as piranhas.</p> <p>() Biosfera é toda vida, seja ela animal ou vegetal, ocorre numa faixa denominada biosfera, que inclui a superfície da Terra, os rios, os lagos, mares e oceanos e parte da atmosfera. E a vida só é possível nessa faixa, porque aí se encontram os gases necessários para as espécies terrestres e aquáticas: oxigênio e nitrogênio.</p> <p>() Habitat é a região de transição entre duas comunidades ou entre dois ecossistemas. Na área (ecótono) encontra-se grande número de espécies e, por conseguinte, grande número de nichos ecológicos.</p> <p>() População é o conjunto de indivíduos semelhantes (estruturalmente, funcionalmente e bioquimicamente) que se reproduzem naturalmente, originando descendentes férteis.</p> <p>Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.</p> <p>a) V F V V. b) V V F F. c) F F V V. d) V V V V.</p>
RECURSO 22	<p>Biosfera é toda vida, seja ela animal ou vegetal, ocorre numa faixa denominada biosfera, que inclui a superfície da Terra, os rios, os lagos, mares e oceanos e parte da atmosfera. E a vida só é possível nessa faixa, porque aí se encontram os gases necessários para as espécies terrestres e aquáticas: OXIGÊNIO E NITROGÊNIO. O texto faz referência EXCLUSIVAMENTE aos gases oxigênio e nitrogênio. Sabemos por exemplo que o carbono é o elemento químico mais presente em todos os organismos; animais ou vegetais e vem do gás CO₂, além de outros. Portanto para que a questão fosse correta, deveria conter RETICÊNCIAS ou ETC.</p>
RESPOSTA 22	<p>INDEFERIDO</p> <p>Recurso não assiste ao recorrente, visto que a frase afirma que a vida só é possível devido a tais gases citados, mas em nenhum momento exclui a existência de outros gases na atmosfera. O conceito de biosfera descrito é sustentado por materiais acadêmicos e por professores Ivis (1) e Cassini (2).</p> <p>http://www.ufjf.br/cursinho/files/2012/05/Apostila-Ecologia-Pronta.194.239.pdf</p>

QUESTÃO 24	<p>O carbono é um elemento químico presente na constituição de todos os seres vivos. O percurso que esse elemento realiza no ambiente e nos organismos é denominado de ciclo do carbono.</p> <p>Sobre esse ciclo, é CORRETO afirmar que:</p> <p>A) O carbono não pode ser transferido, na forma de moléculas orgânicas aos animais herbívoros, quando estes se alimentarem dos produtores.</p> <p>B) O ciclo biológico do carbono é longo, estima-se que a renovação do carbono atmosférico ocorra a cada 20 mil anos. O ciclo envolve as atividades tanto de microrganismos, como de organismos macroscópicos, e está intimamente relacionado com o ciclo do nitrogênio.</p> <p>C) Através do processo da fotossíntese, os produtores aquáticos e terrestres absorvem energia solar e CO₂ da atmosfera, produzindo oxigênio e carboidratos complexos, como a glicose.</p> <p>D) Todo carbono absorvido pelos produtores é incorporado às suas moléculas orgânicas, e será obrigatoriamente liberado novamente para a atmosfera na forma de CO₂, como resultado do processo respiratório de plantas e animais.</p>
RECURSO 24	<p>A banca considerou a letra (C) a alternativa correta, que informava: "...produzindo oxigênio e carboidratos complexos, como a glicose." Entretanto, a glicose é classificada como carboidrato simples. De acordo com Seyffarth (2009) e Nelson (2014), os carboidratos mais simples, monossacarídeos, são aldeídos ou cetonas que contêm um ou mais grupos de hidroxila na molécula. O monossacarídeo mais abundante na natureza é o açúcar com seis átomos de carbono na molécula, a D-glicose. Glicose, frutose, sacarose e lactose são classificados como os carboidratos simples mais encontrados nos alimentos, sendo que o amido é um dentre os complexos.</p>
RESPOSTA 24	<p>DEFERIDO – ANULAÇÃO DA QUESTÃO</p> <p>Recurso assiste ao recorrente, visto que a glicose é um monossacarídeo, portanto, um carboidrato simples</p> <p>Fontes: http://qnesc.s bq.org.br/online/qnesc29/03-CCD-2907.pdf http://www.foa.unesp.br/include/arquivos/foa/dpto/files/guia-de-estudo-carboidratos-2013.pdf</p>

QUESTÃO 28	<p>Quando o nitrogênio orgânico entra na cadeia alimentar, serve de alimento para os animais (consumidores) como moléculas orgânicas. A partir de suas excreções e da decomposição de resíduos vegetais e animais, os compostos nitrogenados são mineralizados por bactérias. Este processo produz _____ e _____, completando, então, a fase de _____ no ciclo do nitrogênio.</p> <p>Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas do trecho, respectivamente.</p> <p>A) Gás amônia – sais de amônio – amonificação. B) Nitrato – amônia – nitrificação. C) Nitrogênio – nitrito – desnitrificação. D) Óxido de nitrogênio – carbonato de amônio – fixação do nitrogênio atmosférico em nitrato.</p>
RECURSO 28	<p>O gabarito traz como resposta a letra A. Solicito a anulação da questão.</p> <p>O professor Luiz Antonio Gallo, docente do curso de Biologia da Universidade de São Paulo, traz um artigo intitulado Metabolismo do Nitrogênio em que mostra o ciclo do nitrogênio.</p> <p>Nele a amonificação é definida como: "Grande parte do nitrogênio encontrado no solo provém de materiais orgânicos mortos, nos quais existe sob a forma de compostos orgânicos complexos, tais como proteínas, aminoácidos, ácidos nucleicos e nucleotídeos. Entretanto, estes compostos nitrogenados são, em geral, rapidamente decompostos em substâncias mais simples por organismos que vivem nos solos. As bactérias saprófitas e várias espécies de fungos são os principais responsáveis pela decomposição de materiais orgânicos mortos. Estes microrganismos utilizam as proteínas e os aminoácidos como fonte para suas próprias proteínas e liberam o excesso de nitrogênio sob a forma de amônio (NH_4^+). Este processo é denominado AMONIFICAÇÃO. O nitrogênio pode ser fornecido sob a forma de gás amoníaco (NH_3), mas este processo ocorre geralmente apenas durante a decomposição de grandes quantidades de materiais ricos em nitrogênio, como numa grande porção de adubo ou fertilizante. Em geral, a amônia produzida por amonificação é dissolvida na água do solo, onde se combina a prótons para formar o íon amônio."</p> <p>A partir dessa descrição, pode-se concluir que não há liberação de sais de amônio no processo de amonificação. Dessa forma, não há alternativa que responda a questão 28, o que justifica a solicitação de anulação da questão.</p>
RESPOSTA 28	<p>INDEFERIDO</p> <p>Recurso não assiste ao recorrente, visto que o processo de amonificação tem o seu início quando o nitrogênio fixado é dissolvido na água do solo, ficando disponível para as plantas na forma de nitrato. As plantas, por sua vez, transformam os nitratos em diferentes moléculas, as que contêm nitrogênio e as orgânicas nitrogenadas, que são essenciais à vida. Quando o nitrogênio orgânico entra na cadeia alimentar, serve de alimento para os animais (consumidores) como moléculas orgânicas. A partir de suas excreções e da decomposição de resíduos vegetais e animais, os compostos nitrogenados são mineralizados por bactérias. Este processo produz gás amônia (NH_3) e sais de amônio (NH_4), completando, então, a fase de amonificação no ciclo do nitrogênio.</p> <p>Fonte: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0025022_02_cap_01.pdf</p>

QUESTÃO 33	<p>Sobre o licenciamento ambiental, assinale a alternativa CORRETA.</p> <p>A) A Licença de Instalação (LI) autoriza o início da construção do empreendimento e a instalação dos equipamentos, sendo que a execução do projeto deve ser feita conforme o modelo apresentado ou com pequenas alterações na planta ou nos sistemas instalados, as quais não necessitam ser enviadas formalmente ao órgão licenciador para avaliação.</p> <p>B) A Licença de Operação (LO) autoriza o funcionamento do empreendimento. Essa deve ser requerida antes da instalação do empreendimento.</p> <p>C) Durante a Licença Prévia (LP) podem ser requeridos estudos ambientais complementares, tais como Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e Relatório de Controle Ambiental (RCA), quando esses forem necessários.</p> <p>D) A Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO) são etapas do processo de licenciamento ambiental, sendo que nenhuma delas tem prazo de validade indefinido.</p>
RECURSO 33	<p>RECURSO 1</p> <p>A questão tem como tema o licenciamento ambiental. A banca considerou a alternativa C como gabarito oficial. No entanto, além da letra C, a alternativa D também está correta, conforme argumentação a seguir, baseada em documentos oficiais: Letra D: A Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO) são etapas do processo de licenciamento ambiental, sendo que nenhuma delas tem prazo de validade indefinido.</p> <p>Conforme o art. 18, incisos I, II e III da resolução CONAMA N° 237 de 19 de dezembro de 1997, a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO) possui os seguintes prazos de validade: LP: Prazo de validade não superior a 5 anos; LI: Prazo de validade não superior a 6 anos;</p> <p>LO: Prazo de validade no mínimo entre 4 e no máximo 10 anos. Diante do exposto, compreende-se que a alternativa D também está correta, uma vez que, nenhuma das licenças apresenta prazo de validade indefinido. Assim sendo, requer a avaliação da ponderação apresentada, de modo a promover a anulação do gabarito da questão.</p> <p>RECURSO 2</p> <p>Embora a opção C seja correta, a opção D também está correta. Opção D A Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO) são etapas do processo de licenciamento ambiental, sendo que NENHUMA DELAS TEM PRAZO DE VALIDADE INDEFINIDO. Com certeza, nenhuma delas tem prazo de validade indefinido. Totalmente correta a afirmação.</p>
RESPOSTA 33	<p>DEFERIDO – ANULAÇÃO DA QUESTÃO</p> <p>Recurso assiste ao recorrente, visto que a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO) são etapas do processo de licenciamento ambiental, sendo que nenhuma delas tem prazo de validade indefinido. É uma sentença correta.</p> <p>Fonte: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2011/Relatorios/CSS/DIR/DIR_Michelle_Mendlewicz.pdf</p>

QUESTÃO 39	<p>De acordo com o artigo 3º da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.</p> <p>() O saneamento básico engloba apenas as atividades de abastecimento de água e limpeza urbana, e manejo de resíduos sólidos.</p> <p>() Os recursos hídricos integram os serviços públicos de saneamento básico.</p> <p>() A universalização é a ampliação progressiva do acesso a qualquer domicílio, ocupado ou não, ao saneamento básico.</p> <p>() Gestão associada é a associação compulsória de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal.</p> <p>Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.</p> <p>A) V V V F. B) F V F F. C) F F F F. D) V V V V.</p>
RECURSO 39	<p>A QUESTÃO 39 PEDE PARA SE FAZER O JULGAMENTO DOS ITENS ACIMA APRESENTADOS, SENDO REPORTADA COMO RESPOSTA CERTA PELO GABARITO PRELIMINAR A ALTERNATIVA C.</p> <p>A REFERIDA QUESTÃO GERA DUPLICIDADE DE INTERPRETAÇÃO DADO AO FATO DE QUE, PELO ARTIGO 3º, OS RECURSOS HIDRICOS INTEGRAM O SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO DE FORMA INDIRETA, POIS ELES SÃO O PONTO INICIAL (INSTALAÇÃO DA CAPTAÇÃO) E O PONTO FINAL DO SISTEMA (DISPOSIÇÃO FINAL/ADEQUAÇÃO AO TRATAMENTO), REQUERENDO ENTÃO AÇÕES DE PROTEÇÃO E CONTROLE SOBRE O MESMO, CONFORME APRESENTADO ABAIXO:</p> <p>ART. 3º PARA OS EFEITOS DESSA LEI CONSIDERA-SE:</p> <p>I – SANEAMENTO BÁSICO; CONJUNTO DE SERVIÇOS, INFRA-ESTRUTURAS E INSTALAÇÕES OPERACIONAIS DE:</p> <p>A) ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL: CONSTITUIDO PELAS ATIVIDADES, INFRA-ESTRUTURAS E INSTALAÇÕES NECESSÁRIAS AO ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA POTÁVEL, DESDE A CAPTAÇÃO ATÉ AS LIGAÇÕES PREDIAIS E RESPECTIVOS INSTRUMENTOS DE MEDIAÇÃO.</p> <p>B) ESGOTAMENTO SANITÁRIO: CONSTITUIDO PELAS ATIVIDADES, INFRA-ESTRUTURAS E INSTALAÇÕES OPERACIONAIS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL ADEQUADOS DOS ESGOTOS SANITÁRIOS, DESDE AS LIGAÇÕES PREDIAIS ATÉ O SEU LANÇAMENTO FINAL NO MEIO AMBIENTE.</p> <p>OUTRO PONTO IMPORTANTE QUE DEVE SER LEMBRADO É DE QUE A CONAMA 430/11 (PADRÕES DE LANÇAMENTO DE EFLUENTES) DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE FORMA IMPLÍCITA DO CORPO HIDRICO RECEPTOR COMO PARTE DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA DECOMPOSIÇÃO FINAL DA CARGA ORGÂNICA DO ESGOTO ATRAVÉS DE AUTODEPURAÇÃO, CONFORME APRESENTADO ABAIXO:</p> <p>ART 21 – PARA O LANÇAMENTO DIRETO DE EFLUENTES ORIUNDOS DE SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS DEVERÃO SER OBEDECIDAS AS SEGUINTESS CONDIÇÕES E PADRÕES ESPECÍFICOS:</p>

DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO – DBO 5 DIAS, 20°C: MÁXIMO DE 120 MG/L, SENDO QUE ESTE LIMITE SOMENTE PODERÁ SER ULTRAPASSADO NO CASO DE EFLUENTE DE SISTEMA DE TRATAMENTO COM EFICIÊNCIA DE REMOÇÃO MÍNIMA DE 60% DE DBO, OU MEDIANTE ESTUDO DE AUTODEPURAÇÃO DO CORPO HÍDRICO QUE COMPROVE ATENDIMENTO ÀS METAS DO ENQUADRAMENTO DO CORPO RECEPTOR.

SENDO ASSIM, ANALISANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º E NA CONAMA 430, OS RECURSOS HÍDRICOS INTEGRAM DE FORMA INDIRETA E IMPLÍCITA O SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO.

PORÉM SE RESALTA QUE O ARTIGO 4º DA LEI 11445 DISPOE O SEGUINTE:

ART 4º OS RECURSOS HÍDRICOS NÃO INTEGRAM OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

PARÁGRAFO ÚNICO – A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, INCLUSIVE PARA DISPOSIÇÃO OU DILUIÇÃO DE ESGOTOS E OUTROS RESÍDUOS LÍQUIDOS, É SUJEITA A OUTORGA DE DIREITO DE USO, NOS TERMOS DA LEI Nº 9433 DE 8 DE JANEIRO DE 1997, DE SEUS REGULAMENTOS E DAS LEGISLAÇÕES ESTADUAIS.

SENDO ASSIM, A QUESTÃO 39 APRESENTADA NA REFERIDA PROVA GERA DUPLICIDADE DE ANÁLISE, CONFORME APRESENTADO ABAIXO:

- 1) SE ANALISADA PELO ARTIGO 3º E DEMAIS CONCEITOS DA GRANDE ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO, OS RECURSOS HÍDRICOS INTEGRAM DE FORMA DIRETA E INDIRETA OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO, CONFORME APRESENTADO NO REFERIDO RECURSO, SENDO ENTÃO A ALTERNATIVA CORRETA LETRA B. VALE RESSALTAR QUE NA REDAÇÃO DO REFERIDO ARTIGO 3º, EM MOMENTO ALGUM OCORRER A EXCLUSÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, E SIM SUA INCLUSÃO DE FORMA INDIRETA NO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO;
- 2) SE ANALISADA PELA LEI 11445/2007 EM SUA INTEGRALIDADE, OS RECURSOS HÍDRICOS SÃO EXCLUÍDOS DOS SERVIÇOS PELO ARTIGO 4º, E NÃO PELO ARTIGO 3º.

COM ISTO, ESTE REFERIDO RECURSO VEM SOLICITAR QUE O GABARITO SEJA EFETUADO SOBRE O ART. 3º, CONFORME DIRECIONAMENTO DADO PELA REDAÇÃO DA QUESTÃO 39, GERANDO ENTÃO COMO ALTERNATIVA CORRETA A ALTERNATIVA DE LETRA B. OU ENTÃO QUE SEJA FEITA A ANULAÇÃO DA REFERIDA QUESTÃO, DADO AO FATO DE QUE A EXCLUSÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DOS SERVIÇOS OCORRE PELO ARTIGO 4º E NÃO PELO ARTIGO 3º.

SENDO ASSIM SEGUE PARA ANÁLISE.

RESPOSTA 39

INDEFERIDO

Recurso não assiste ao recorrente, visto que de acordo com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, os recursos hídricos NÃO integram os serviços públicos de saneamento básico.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm

QUESTÃO 44	<p>Sobre as leis de crimes ambientais, assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.</p> <p>() As penas previstas pela Lei de Crimes Ambientais são aplicadas conforme a gravidade da infração: quanto mais reprovável a conduta, mais severa a punição.</p> <p>() A pessoa jurídica infratora é sujeita a penalizações, como multa, suspensão parcial ou total das atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; a proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações. Como também é possível a prestação de serviços à comunidade através de custeio de programas e de projetos ambientais; execução de obras de recuperação de áreas degradadas; contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.</p> <p>() São considerados crimes ambientais, apenas as condutas que ignoram normas ambientais e que causam danos ao meio ambiente.</p> <p>() Diante de um crime ambiental, a ação civil pública (regulamentada pela Lei nº 7.347/85) é o instrumento jurídico que protege o meio ambiente. O objetivo da ação é a reparação do dano onde ocorreu a lesão dos recursos ambientais.</p> <p>Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.</p> <p>A) V V V F. B) F V F F. C) F F V F. D) V V F V.</p>
RECURSO 44	<p>O candidato pleiteia a ANULAÇÃO da questão 44 pelo motivo adiante exposto:</p> <p>É certo que o edital é a lei do concurso, instrumento ou documento que dispõe acerca das regras, direitos, deveres dos candidatos, e contém todas as informações necessárias à realização de um concurso público, inclusive as disciplinas que serão cobradas na prova.</p> <p>O conteúdo programático do presente certame previu exaustivamente todas as matérias de conhecimentos específicos para o cargo de fiscal ambiental, e, dentre elas, não consta a lei nº 7347/85, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico e dá outras providências; conteúdo este cobrado no último item da questão 44.</p> <p>O último item da questão 44 exige conhecimento específico do candidato acerca de matéria afeta ao direito coletivo, vista na grade curricular do curso de graduação em direito. Assim, o profissional de outras áreas não dispõe de tal matéria na grade curricular e necessita buscar tal conhecimento de outras formas, sendo de extrema importância constar tal conteúdo expressamente no edital de um concurso público, notadamente de área estranha ao direito, como é o presente concurso para provimento do cargo de fiscal ambiental, que exige formação em engenharia florestal, ambiental ou</p>

	<p>agronomia.</p> <p>Dessa forma, prevendo a assertiva matéria não elencada no edital, não obstante não conter erro na sua formulação, a questão fere o princípio da isonomia e igualdade, previsto na Constituição Federal, e prejudica sobremaneira os candidatos que não possuem contato diário com o tema específico de direito, e portanto, deve ser ANULADA.</p>
RESPOSTA 44	INDEFERIDO Recurso não assiste ao recorrente, visto que o último item está relacionado com o tema de crimes ambientais (1), além de que, a alternativa “d” V V F V, fica evidente quando se tem conhecimento das outras assertivas, desta forma, a questão nada vem a prejudicar o candidato. Fonte: http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28289-entenda-a-lei-de-crimes-ambientais/

QUESTÃO 46	<p>Os gases do efeito estufa que envolvem a Terra absorvem parte da radiação infravermelha refletida pela superfície terrestre, impedindo que a radiação escape para o espaço aquecendo a superfície da Terra. Os principais são os gases _____ e _____.</p> <p>Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas do trecho, respectivamente.</p> <p>A) Carbônico e nobres. B) Sulfídrico e metano. C) Carbônico e metano. D) Sulfídrico e nobres.</p>
RECURSO 46	<p>candidato pleiteia a ANULAÇÃO da questão 44 pelo motivo adiante exposto:</p> <p>É certo que o edital é a lei do concurso, instrumento ou documento que dispõe acerca das regras, direitos, deveres dos candidatos, e contém todas as informações necessárias à realização de um concurso público, inclusive as disciplinas que serão cobradas na prova.</p> <p>O conteúdo programático do presente certame previu exaustivamente todas as matérias de conhecimentos específicos para o cargo de fiscal ambiental, e, dentre elas, não consta a lei nº 7347/85, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico e dá outras providências; conteúdo este cobrado no último item da questão 44.</p> <p>O último item da questão 44 exige conhecimento específico do candidato acerca de matéria afeta ao direito coletivo, vista na grade curricular do curso de graduação em direito. Assim, o profissional de outras áreas não dispõe de tal matéria na grade curricular e necessita buscar tal conhecimento de outras formas, sendo de extrema importância constar tal conteúdo expressamente no edital de um concurso público, notadamente de área estranha ao direito, como é o presente concurso para provimento do cargo de fiscal ambiental, que exige formação em engenharia florestal, ambiental ou agronomia.</p> <p>Dessa forma, prevendo a assertiva matéria não elencada no edital, não obstante não conter erro na sua formulação, a questão fere o princípio da isonomia e igualdade, previsto na Constituição Federal, e prejudica sobremaneira os candidatos que não possuem contato diário com o tema específico de direito, e portanto, deve ser ANULADA.</p>
RESPOSTA 46	RECURSO NÃO ASSISTE AO RECORRENTE, VISTO QUE O CANDIDATO ESTÁ QUESTIONANDO OUTRA QUESTÃO.

QUESTÃO 47	<p>Sobre os crimes contra a fauna, assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.</p> <p>() A pena é aumentada até o triplo, se o crime decorre do exercício de cada profissional.</p> <p>() A pena para quem exportar peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a permissão da autoridade ambiental competente, é de reclusão de um a três anos, e multa.</p> <p>() Introduzir espécie animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente, a pena é de detenção, de três meses a um ano, e multa.</p> <p>() A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorrer morte do animal.</p> <p>Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.</p> <p>A) V V V F. B) F V F F. C) F F V F. D) V V V V.</p>
RECURSO 47	<p>CONFORME PODE SE OBSERVAR, A PRIMEIRA ASSERTIVA CONTÉM ERROS NA GRAFIA DA PALAVRA “CAÇA PROFISSIONAL” QUE FOIR GRAFADA ERRONEAMENTE COMO “CADA PROFISSIONAL”.</p> <p>A LEI Nº 9.605/1998 EM SEU ARTIGO 29 INCISO DISPÕE: A PENNA É AUMENTADA ATÉ O TRIPLO, SE O CRIME DECORRE DO EXERCICIO DE CÇA PROFISSIONAL. DESSA FORMA, TAL ERRO DE GRAFIA PREJUDICOU O PERFEITO ENTENDIMENTO DA ASSERTIVA, IMPEDINDO QUE O CANDIDATO PUDESSE ANALISÁ-LA DE FORMA CORRETA. LOGO, SOLICITO A ANULAÇÃO DA QUESTÃO.</p>
RESPOSTA 47	<p>INDEFERIDO</p> <p>Recurso não assiste ao recorrente, visto que de acordo com LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. CAPÍTULO V - DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE- Seção I- Dos Crimes contra a Fauna - § 5º A pena é aumentada até o triplo, se o crime decorre do exercício de caça profissional.</p> <p>Embora tenha erro de grafia, as outras assertivas continuam corretas, e, por não existir a alternativa, F,V,V,V; o candidato com conhecimento nesta lei, eliminaria as demais alternativas, não ocorrendo prejuízos para o candidato.</p> <p>Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm</p>

QUESTÃO 49	<p>O art. 1, da Resolução CONAMA nº 02, “estabelece limites máximos de ruído com o veículo em aceleração e na condição parado, para motocicletas, motonetas, triciclos, ciclomotores, bicicletas com motor auxiliar e veículos assemelhados, nacionais e importados de _____ Db (Decibéis), para categoria de até 80cm³.</p> <p>Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna do trecho.</p> <p>A) Até 75. B) Até 76. C) Até 77. D) Até 78.</p>
RECURSO 49	<p>RECURSO 1</p> <p>Não foi especificado no enunciado da questão se o nível estabelecido seria para a 1ª fase ou para a 2ª fase. Portanto, as letras A e C estão corretas.</p> <p>RECURSO 2</p> <p>A questão acima marca como correta a letra "A" sendo que a resposta correta é letra "C" que corresponde a " até 77 Db. A questão contempla perguntando qual o limite máximo e não o mínimo que é de 75 Db. Segue abaixo a tabela da resolução do CONAMA: Limites máximos de ruído com veículo em aceleração medidos conforme NBR-8433</p>
RESPOSTA 49	<p>INDEFERIDO</p> <p>Recurso não assiste ao recorrente, visto que levando em consideração a época que a lei foi elaborada (1993) e a nossa atualidade (2017), a maioria dos automóveis são fabricados a partir de 2001, assim, de acordo com a resolução citada é correto afirmar que o limite máximo de ruído para os automóveis de segunda fase é de até 75 Db (Decibéis), para categoria de até 80cm³.</p>

QUESTÃO 50	<p>Segundo a Resolução nº 03 do CONAMA, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE a classificação da área, para a implementação de uma política de não deterioração significativa da qualidade do ar em todo o território nacional.</p> <p>A) Classe I: Áreas onde o nível de deterioração da qualidade do ar, seja limitado pelo padrão secundário de qualidade.</p> <p>B) Classe II: Áreas de preservação, lazer e turismo, tais como Parques Nacionais e Estaduais, Reservas e Estações Ecológicas, Estâncias Hidrominerais e Hidrotermais. Nessas áreas deverá ser mantida a qualidade do ar em nível o mais próximo possível do verificado, sem a intervenção antropogênica.</p> <p>C) Classe III: Áreas de desenvolvimento, onde o nível de deterioração da qualidade do ar, seja limitado pelo padrão primário de qualidade.</p> <p>D) Classe IV: Áreas onde o nível de deterioração da qualidade do ar, seja limitado pelos padrões primários e secundários de qualidade.</p>
RECURSO 50	<p>RECURSO 1</p> <p>Conforme será demonstrado pela Resolução CONAMA nº 5, a resposta correta da questão nº 50 é a alternativa (C), visto que existe apenas três classificações possíveis para o enquadramento de áreas descritos nessa resolução. A banca considerou a letra (D) no gabarito preliminar, e mencionou que a questão foi embasada na resolução CONAMA nº 3. No entanto, tal resolução não traz nenhuma classificação das áreas de preservação. Conforme mencionado anteriormente, a resposta da questão está de acordo com a resolução CONAMA nº 5, no item 2.3 que discorre sobre a prevenção de deterioração significativa da qualidade do ar. Sendo assim, peço à banca organizadora que corrija a questão e considere como correta a letra (C).</p> <p>RECURSO 2</p> <p>Motivo: A questão solicita a alternativa CORRETA, e a alternativa D (gabarito preliminar) traz uma classe que não existe (classe IV): "Classe IV: Áreas onde o nível de deterioração da qualidade do ar, seja limitado pelos padrões primários e secundários de qualidade" Conforme a resolução do CONAMA 05 de 1989, a classificação da área para a implementação de uma política de não deterioração significativa da qualidade do ar em todo o território nacional, é dividida em classes I, II e III, como segue o trecho retirado dessa resolução, no link: http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=81</p> <p>RECURSO 3</p> <p>De acordo com a Resolução nº 03 do CONAMA, art 7, enquanto cada Estado não deferir as áreas de Classe I, II e III mencionadas no item 2, subitem 2.3, da Resolução/CONAMA nº 005/89, serão adotados os padrões primários de qualidade do ar estabelecidos nesta Resolução. A partir desta informação, analisamos a Resolução nº 005/89 do CONAMA que no item 2.3 traz que para a implementação de uma política de não deterioração significativa da qualidade do ar em todo o território nacional, suas áreas serão enquadradas de acordo com a seguinte classificação de usos pretendidos: - Classe I: Áreas de preservação, lazer e turismo, tais como Parques Nacionais e Estaduais, Reservas e Estações Ecológicas, Estâncias Hidrominerais e Hidrotermais. Nestas áreas deverá ser mantida a qualidade do ar em nível o mais próximo possível do verificado sem a intervenção antropogênica. - Classe II: Áreas onde o nível de deterioração da qualidade do ar seja limitado pelo padrão secundário de qualidade. - Classe III: Áreas de desenvolvimento onde o nível de deterioração da qualidade do ar seja limitado pelo padrão primário de qualidade. O item em destaque compreende a letra C da questão 50, enquanto a letra D que está como resposta no</p>

gabarito sequer existe na Resolução nº 005/89. Isto justifica a solicitação de alteração no gabarito da letra D para letra C.

RECURSO 4

A questão tem como tema a classificação de áreas para a não deterioração da qualidade do ar. A banca considerou a letra D como gabarito oficial. Entretanto, segundo a Resolução Nº 5 do CONAMA de 15/06/1989 no subitem 2.3, a alternativa correta é a letra C que traz o seguinte texto: Classe III: Áreas de desenvolvimento, onde o nível de deterioração da qualidade do ar seja limitado pelo padrão primário de qualidade. Diante disso, requer a avaliação da ponderação apresentada, de modo a promover a alteração/anulação do gabarito da questão.

RECURSO 5

No gabarito preliminar saiu como a resposta correta a alternativa "D", sendo que a alternativa correta, com base na leitura da resolução 005 de 5 de junho de 1989 do CONAMA é a alternativa "C".

RESPOSTA 50**DEFERIDO – ANULAÇÃO DA QUESTÃO**

Recurso assiste ao recorrente, visto que Resolução Conama nº 5, de 15 de junho de 1989 Publicada no DOU, de 25 de agosto de 1989, Dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar – PRONAR. Nesta resolução as áreas da Classe III compreendem Áreas de desenvolvimento onde o nível de deterioração da qualidade do ar seja limitado pelo padrão primário de qualidade.

QUESTÃO 51	<p>O nível de alerta será declarado quando, prevendo-se a manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão de poluentes nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes, atingir a condição de:</p> <p>A) Concentração de monóxido de carbono (CO), média de 8 horas e de 1600m/m³. B) Concentração de dióxido de nitrogênio (NO₂), média de 1 hora e de 2.260m/m³. C) Concentração de fumaça média de 24 horas e de 800m/m³. D) Concentração de partículas totais em suspensão, média de 24 (vinte e quatro) horas e de 261m/m³.</p>						
RECURSO 51	<p>RECURSO 1</p> <p>Questão acima menciona como correta a letra "D" mas o valor mencionado de 2.260 m/m³ está errado sendo que o correto seria 2600 m/m³. Segue abaixo a tabela para a concentração do dióxido de nitrogênio. Tabela 4: Padrões de qualidade do ar - dióxido de nitrogênio</p> <table border="1"><thead><tr><th>Referência</th><th>PI-1</th><th>PI-3</th></tr></thead><tbody><tr><td>PI-2</td><td></td><td></td></tr></tbody></table>	Referência	PI-1	PI-3	PI-2		
Referência	PI-1	PI-3					
PI-2							
RESPOSTA 51	<p>INDEFERIDO</p> <p>Recurso não assiste ao recorrente, visto que segundo a Resolução CONAMA nº 03/1990 – Art. 8º. Será declarado o Nível de Alerta quando, prevendo-se manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão de poluentes nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes, for excedida uma ou mais das condições a seguir enumeradas: I - concentração de dióxido de enxofre (SO₂), média de 24 (vinte e quatro) horas, de 1.600 (mil e seiscentos) microgramas por metro cúbico; II - concentração de material particulado MP10, média de 24 (vinte e quatro) horas, de 420 (quatrocentos e vinte) microgramas por metro cúbico; III - concentração de material particulado MP2,5, média de 24 (vinte e quatro) horas, de 210 (duzentos e dez) microgramas por metro cúbico; IV - concentração de monóxido de carbono (CO), média de 8 (oito) horas, de 30 (trinta) partes por milhão; V - concentração de ozônio (O₃), média de 8 (oito) horas, de 400 (quatrocentos) microgramas por metro cúbico; VI - concentração de dióxido de nitrogênio (NO₂), média de 1 (uma) hora, de 2.260 (dois mil duzentos e sessenta) microgramas por metro cúbico.</p> <p>Fonte: http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/C1CB3034/Prop_CNI.pdf</p>						

QUESTÃO 52	<p>Considerando o disposto na Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, é CORRETO afirmar que:</p> <p>A) As embalagens vazias de tintas imobiliárias são aquelas, cujo recipiente, apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, com ou sem acúmulo de resíduo de tinta líquida.</p> <p>B) A Classe C é composta por resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso.</p> <p>C) As embalagens de tintas usadas na construção civil serão submetidas a sistema de logística reversa.</p> <p>D) Os resíduos de tintas presentes nas embalagens podem ser despejados em qualquer local, desde que as embalagens sejam devidamente descartadas.</p>
RECURSO 52	<p>Gostaria de pedir a anulação da Questão 52 referente ao concurso 001/2017 do provimento de vagas para Fiscal Ambiental. De acordo com o gabarito preliminar, a resposta correta é a letra (C). De acordo com a Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, em seu artigo 3, inciso IV, os resíduos e as embalagens de tintas são considerados como Classe D. Nessa mesma resolução citada acima, em seu artigo 10, inciso IV, define: "Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas. (nova redação dada pela Resolução 448/12)" Ainda assim, de acordo com a Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, em seu artigo 3, inciso XII, define "logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada." A Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, também define as atividades obrigadas a implementar sistema de logística reversa. Segue abaixo parte da Lei copiado na íntegra: "Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: Gostaria de pedir a anulação da Questão 52 referente ao concurso 001/2017 do provimento de vagas para Fiscal Ambiental. De acordo com o gabarito preliminar, a resposta correta é a letra (C). De acordo com a Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, em seu artigo 3, inciso IV, os resíduos e as embalagens de tintas são considerados como Classe D. Nessa mesma resolução citada acima, em seu artigo 10, inciso IV, define: "Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas. (nova redação dada pela Resolução 448/12)" Ainda assim, de acordo com a Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, em seu artigo 3, inciso XII, define "logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada" A Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, também define as atividades obrigadas a implementar sistema de logística reversa. Segue abaixo parte da Lei copiado na íntegra: "Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:</p>
RESPOSTA 52	INDEFERIDO

Recurso não assiste ao recorrente, visto que de acordo com a lei citada no enunciado, ou seja, Resolução CONAMA n° 307, de 05 de julho de 2002, § 2° As embalagens de tintas usadas na construção civil serão submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da Lei n° 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequados dos resíduos de tintas presentes nas embalagens. (Redação dada pela Resolução n° 469/2015).

Fonte: <http://www.sema.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Conama-n%C2%BA-307-de-2002.pdf>

QUESTÃO 53	Quando praticado crime contra a fauna, a pena não pode ser aumentada em metade, se o crime for praticado: A) Contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção. B) Durante a noite. C) Em unidade de conservação. D) Aos domingos.
RECURSO 53	Quando praticado crime contra a fauna, a pena não pode ser aumentada em metade, se o crime for praticado: * Contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção. * Durante a noite. * C) Em unidade de conservação. * D) Aos domingos. Todas alternativas acima agravam a pena. Como pode ser verificado na LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Artigo 15.
RESPOSTA 53	INDEFERIDO Recurso não assiste ao recorrente, visto que segundo a LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Art. 29 § 4º A pena é aumentada de metade, se o crime é praticado: I - contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção, ainda que somente no local da infração; II - em período proibido à caça; III - durante a noite; IV - com abuso de licença; V - em unidade de conservação; VI - com emprego de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa. Enquanto o art. 15 refere-se às circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm

QUESTÃO 54	<p>O princípio usado para afetar os custos das medidas de prevenção e controle da poluição, para estimular a utilização racional dos recursos ambientais escassos e para evitar distorções ao comércio e aos investimentos internacionais, é o:</p> <p>A) Do poluidor-pagador. B) Da prevenção. C) Protetor recebedor. D) Conservador-recebedor.</p>
RECURSO 54	<p>O enunciado da questão não especifica qual de qual Lei estamos tratando. De acordo com o Novo Código Florestal, segue a citação: _Artigo 2_§ 2o As obrigações previstas nesta Lei têm natureza real e são transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural._ A LETRA CORRETA DA QUESTÃO É C</p>
RESPOSTA 54	<p>INDEFERIDO</p> <p>Recurso não assiste ao recorrente, visto que o Princípio do Poluidor-Pagador é um princípio normativo de caráter econômico, porque imputa ao poluidor os custos decorrentes da atividade poluente.</p> <p>O princípio usa para afetar os custos das medidas de prevenção e controle da poluição, para estimular a utilização racional dos recursos ambientais escassos e para evitar distorções ao comércio e aos investimentos internacionais, é o designado Princípio do Poluidor-Pagador. Portanto, o poluidor deve arcar com os custos das medidas necessárias para assegurar que o ambiente esteja num estado aceitável.</p> <p>Importante mencionar que, o PPP não é exclusivamente um princípio de responsabilidade civil, pois abrange, ou, pelo menos foca outras dimensões não enquadráveis neste último. Igualmente, não é um princípio que “autoriza” a poluição ou que permita a “compra do direito de poluir”, porque ele envolve o cálculo dos custos de reparação do dano ambiental (dimensão econômica) a identificação do poluidor para que o mesmo seja responsabilizado (dimensão jurídica), e por fim, é um princípio orientador da política ambiental preventiva.</p> <p>O objetivo maior do princípio do poluidor pagador é fazer não apenas com que os custos das medidas de proteção do meio ambiente (as externalidades ambientais) – sejam suportados pelos agentes que as originaram, mas também que haja a correção e/ou eliminação das fontes potencialmente poluidoras. Resumidamente, o Princípio do Poluidor-Pagador tem três funções primordiais: a de prevenção, reparação e a de internalização e redistribuição dos custos ambientais.</p> <p>Fonte: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=932</p>

QUESTÃO 55	<p>Uma empresa foi proibida de cultivar milho geneticamente modificado.</p> <p>Essa proibição PODE ser sustentada pelo princípio:</p> <p>A) Da prevenção. B) Da precaução. C) Protetor recebedor. D) Do poluidor-pagador.</p>
RECURSO 55	<p>O candidato pleiteia a ANULAÇÃO da questão 55 pelos motivos adiante expostos:</p> <p>É certo que o edital é a lei do concurso, instrumento ou documento que dispõe acerca das regras, direitos, deveres dos candidatos, e contém todas as informações necessárias à realização de um concurso público, inclusive as disciplinas que serão cobradas na prova.</p> <p>O conteúdo programático do presente certame previu exaustivamente todas as matérias de conhecimentos específicos para o cargo de fiscal ambiental, e, dentre elas, não consta os princípios especificamente aplicados ao direito ambiental.</p> <p>O princípio da precaução, resposta da questão impugnada, encontra-se previsto no item 15 da Declaração de princípios das Nações Unidas realizada no Rio em 1992, e é amplamente admitido pela doutrina brasileira. Entretanto, é princípio de direito ambiental, visto na disciplina “direito ambiental”, matéria específica na faculdade de direito. Assim, o profissional de outras áreas não dispõe de tal matéria na grade curricular e necessita buscar tal conhecimento de outras formas, sendo de extrema importância constar essa matéria expressamente no edital de um concurso público.</p> <p>Dessa forma, prevendo a questão matéria não elencada no edital, não obstante não conter erro na sua formulação, a questão fere o princípio da isonomia e igualdade, previsto na Constituição Federal, e prejudica sobremaneira os candidatos que não possuem contato diário com o tema específico de direito, e portanto, deve ser ANULADA.</p>
RESPOSTA 55	<p>INDEFERIDO</p> <p>Recurso não assiste ao recorrente, visto que na Conferência RIO 92 foi proposto formalmente o Princípio da Precaução. Esta Conferência é um dos pontos abordados em Educação Ambiental; neste sentido pode-se citar os trabalhos de Barbieri, J.C. (2011) e Marcato, C. (2002), inclusive alguns pesquisadores propõem O princípio da precaução como aporte teórico para a educação ambiental (Barbosa, L.C.A & Marques, C.A., 2013). Enquanto, Gonçalves (2013) ressalta a importância desse princípio na Gestão de Riscos.</p> <p>Barbieri, J.C. (2011), RAM, REV. ADM. MACKENZIE, V. 12, N. 3, Edição Especial • SÃO PAULO, SP • MAIO/JUN. 2011 • ISSN 1678-6971 • Submissão: 17 jan. 2011. Aceitação: 18 mar. 2011. Sistema de avaliação: às cegas dupla (<i>doubleblindreview</i>). UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. Walter Bataglia (Ed.), p. 51-82. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a04v12n3.pdf.</p> <p>Marcato, C. Educação ambiental: conceitos e princípios / Celso Marcato - Belo Horizonte: FEAM, 2002. 64 p.: il. Barbosa, L. C. A., & Marques, C. A. (2013). O princípio da precaução como aporte teórico para a educação ambiental. In Atas do 7º Encontro Pesquisa em Educação</p>

Ambiental. Rio Claro, SP: UNESP. Recuperado de http://www.epea.tmp.br/epea2013_anais/pdfs/plenary/0055-1.pdf Gonçalves, V.B. Ambiente & Sociedade n São Paulo v. XVI, n. 4 n p. 121-140 n out.-dez. 2013.

QUESTÃO 58	<p>O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos com conteúdo simplificado NÃO poderá ser aplicado se:</p> <p>A) O território não abranger unidades de conservação. B) O município integrar área de especial interesse turístico. C) Estiver fora da área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional. D) Tiver menos de 20 mil habitantes e não estiver na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional.</p>
RECURSO 58	De acordo com a Lei da de Resíduos Sólidos todas as alternativas acima estão corretas.
RESPOSTA 58	<p>INDEFERIDO</p> <p>Recurso não assiste ao recorrente, visto que a PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos) estabelece a possibilidade que o PGIRS (Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos) Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos tenha conteúdo simplificado para municípios de pequeno porte, com menos de 20.000 habitantes (apurado com base no censo mais recente do IBGE), sendo que tal condição não se aplica aos municípios: integrantes de áreas de especial interesse turístico; inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; e cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação. Desse modo, o Decreto nº 7.404/2010, que regulamenta a PNRS, disciplina o conteúdo mínimo exigido para um Plano Municipal Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PSGIRS), em seu artigo 51, § 1º, incisos I a XIV.</p> <p>Fonte: http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/instrumentos-da-politica-de-residuos/planos-municipais-de-gest%C3%A3o-integrada-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos</p>



IBGP
INSTITUTO BRASILEIRO
DE GESTÃO E PESQUISA

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO E PESQUISA

www.ibgpconcursos.com.br